




ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”

ORDEM DO DIA	DECISÃO PLENÁRIA - Data: <u>10</u> / <u>07</u> /2023	
Data: <u>10</u> / <u>07</u> /2023	<input checked="" type="checkbox"/> APROVADO () REPROVADO	Visto Secretário: 

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

ASSUNTO: PROJETO DE LEI N.º 019/2023 - ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 1.302/2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AUTORIA: CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

RELATÓRIO DO RELATOR

1. RELATÓRIO

Aportou a esta Comissão o Projeto de Lei n.º 019/2023, de autoria do Chefe Poder Executivo Municipal, protocolado sob o nº 767/2023, em 21/06/2023, lido no expediente do dia 26/06/2023 e, após, encaminhado à esta Comissão que solicitou o Parecer Jurídico da Assessoria Jurídica desta Casa.

O objeto principal da matéria legislativa é alterar dispositivos da Lei Municipal nº 1.302/2019 para incluir o Cargo de Fiscal Tributário de Nível Superior pertencente à Carreira de Oficial de Tributação junto à Carreira de Profissional Técnico de Nível Superior.

Demais disso, pretende-se revogar a tabela do Anexo XIV-A da Lei Municipal nº 881/2013, bem como autorizar que o Poder Executivo a “*efetuar ajustes ou suplementação orçamentária para implementação da presente Lei.*”

2. DA ANÁLISE

Solicitado o Parecer Jurídico a Assessoria Jurídica desta Casa opinou, através do Parecer Jurídico 074/2023, pela existência de inconstitucionalidade material em razão da pretensa transposição de carreira, o que afronta o art. 37, inciso II, da CF/88.

Ademais, foi apontado no referido parecer que a bem da verdade a alteração pretendida deveria se dar junto à Lei Municipal nº 881/2013.



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”

Esta Comissão ainda observou que o Poder Executivo busca autorização genérica para “efetuar ajustes ou suplementação orçamentária para implementação da presente Lei”, o que fere o art. 167, VII, da CF/88 que veda a concessão ou utilização de créditos ilimitados.

Assim, considerando que projeto em comento é de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal, as emendas apresentadas, além de guardar pertinência temática não podem aumentar as despesas previstas pelo Poder Executivo quanto à matéria.

Dessa forma, a fim de corrigir eventuais vícios de inconstitucionalidade material e manter a essência do projeto, este Relator apresenta a emenda modificativa nos termos abaixo:

EMENDA MODIFICATIVA N.º 004/2023 AO PROJETO DE LEI N.º 019/2023

A Comissão de Constituição e Justiça, nos termos do Parágrafo Único do artigo 240 do Regimento Interno desta Casa, propõem a seguinte Emenda Modificativa ao Projeto de Lei n.º 019/2023:

Art. 1º. O artigo 2º do Projeto de Lei 019/2023, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 2º O §3º, do Art. 1º da Lei Municipal n.º 1.302/2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - (omissis)

(...)

§3º - O cargo de Fiscal Tributário de Nível Superior, faz jus à remuneração do anexo XVII, da Lei Municipal 881/2013.

Art. 2º. O artigo 4º do Projeto de Lei 019/2023, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 4º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a instituir normas complementares à fiel execução deste instrumento legal.”

Art. 3º. O artigo 5º do Projeto de Lei 019/2023, passa a vigor com a seguinte redação:



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”

“Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário, alterando-se a Lei Municipal nº 881/2013, a fim de revogar a tabela do Anexo XIV-A, aplicando-se ao Cargo de Fiscal Tributário de Nível Superior a remuneração do anexo XVII.”

Comissão de Constituição e Justiça, 10 de julho de 2023.

Ver. Adriano Soares Correa-PSB

Relator

Por fim, no que tange a técnica legislativa, o Projeto de Lei Complementar em análise não encontra óbices nos requisitos da Lei Complementar n.º 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

3. VOTO

Pelo supra exposto, este Relator é de **Parecer Favorável** à aprovação da matéria em análise, desde que, aprovada a emenda modificativa ora apresentada, podendo ser encaminhada para discussão e votação em Plenário.

Comissão de Constituição e Justiça, 10 de julho de 2023.

Ver. Adriano Soares Correa-PSB

Relator



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

ASSUNTO: PROJETO DE LEI N.º 019/2023 - DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI MUNICIPAL N.º 1.302/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Autoria: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL


RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DO RELATOR

PARECER N.º 043/2023 DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou o Relatório apresentado pelo Vereador **Adriano Soares Correa**, opinando unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 019/2023, se aprovada a emenda modificativa proposta.

Comissão de Constituição e Justiça, 10 de julho de 2023


Ver. Adriano Soares Correa/PSB
Presidente


Michele Cristina Carrasco Mauriz – UNIÃO
Vice Presidente


Ver. Diocelino Ante/PDT
Membro